

SUMÁRIO

1. Direito Tributário

<i>1.1 Definição</i>	19
<i>1.2 Evolução</i>	19
<i>1.3 Autonomia</i>	20
<i>1.4 Sistema tributário</i>	21
<i>DOCTRINA</i>	21
<i>QUESTÕES</i>	25
<i>DISSERTAÇÃO</i>	25
<i>TEMA PARA PESQUISA</i>	25
<i>TESTES</i>	25

2. Tributo

<i>2.1 Diretrizes gerais</i>	27
<i>2.2 Norma jurídica tributária</i>	28
2.2.1 <i>Nascimento do tributo</i>	29
2.2.2 <i>"Fato gerador" da obrigação tributária – Código Tributário Nacional</i>	31
<i>2.3 Elementos da obrigação tributária</i>	32
2.3.1 <i>Denominação do tributo e destinação legal do dinheiro arrecadado</i>	35
<i>2.4 Obrigação tributária principal e acessória – Código Tributário Nacional</i>	36
<i>DOCTRINA</i>	37
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	42
<i>QUESTÕES</i>	47
<i>CONSULTAS</i>	49
<i>DISSERTAÇÕES</i>	49
<i>TEMA PARA PESQUISA</i>	49
<i>TESTES</i>	49



3. Classificação dos Tributos	
3.1 Relevância da classificação dos tributos	50
3.2 Classificação segundo o ente tributante	51
3.3 Classificação segundo a materialidade da hipótese de incidência	53
3.4 Classificação segundo a destinação do produto arrecadado	57
<i>DOCTRINA</i>	58
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	61
<i>QUESTÕES</i>	62
<i>DISSERTAÇÃO</i>	62
<i>TEMA PARA PESQUISA</i>	62
<i>TESTES</i>	62
4. Princípios Constitucionais Tributários	
4.1 Princípios jurídicos	64
4.2 Princípio da legalidade	65
4.2.1 <i>Lei em sentido amplo e em sentido estrito</i>	66
4.2.1.1 <i>Emenda constitucional</i>	67
4.2.1.2 <i>Lei complementar</i>	68
4.2.1.3 <i>Lei ordinária</i>	69
4.2.1.4 <i>Lei delegada</i>	70
4.2.1.5 <i>Medida provisória</i>	70
4.2.1.6 <i>Decreto legislativo</i>	72
4.2.1.7 <i>Resolução</i>	72
4.2.1.8 <i>Decretos-leis</i>	73
4.2.2 <i>Exceções ao princípio da legalidade tributária</i>	74
4.3 Princípio da anterioridade	76
4.3.1 <i>Princípio da anterioridade nonagesimal</i>	77
4.4 Princípio da irretroatividade	78
<i>DOCTRINA</i>	79
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	86
<i>QUESTÕES</i>	94
<i>CONSULTAS</i>	95
<i>DISSERTAÇÃO</i>	95
<i>TEMAS PARA PESQUISA</i>	98
<i>TESTES</i>	98
5. Da Legislação Tributária	
5.1 Fontes formais do Direito	103
5.2 Legislação tributária	104

5.2.1	<i>Lei complementar e Código Tributário Nacional</i>	105
5.2.2	<i>Decretos</i>	105
5.2.3	<i>Tratado internacional e convênios internos na esfera tributária</i> ...	106
5.2.3.1	<i>Tratado internacional e isenção heterônoma</i>	108
	<i>DOCTRINA</i>	109
	<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	111
	<i>QUESTÕES</i>	122
	<i>CONSULTAS</i>	122
	<i>DISSERTAÇÃO</i>	122
	<i>TEMA PARA PESQUISA</i>	122
	<i>TESTES</i>	123

6. Vigência e Aplicação da Legislação Tributária

6.1	<i>Noções gerais</i>	125
6.2	<i>Vigência da legislação tributária no espaço</i>	126
6.3	<i>Vigência da legislação tributária no tempo</i>	127
6.4	<i>Aplicação da legislação tributária</i>	128
	<i>DOCTRINA</i>	129
	<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	131
	<i>QUESTÕES</i>	135
	<i>DISSERTAÇÃO</i>	136
	<i>TESTE</i>	136

7. Interpretação e Integração da Legislação Tributária

7.1	<i>Interpretação</i>	137
7.2	<i>Integração</i>	139
7.2.1	<i>Analogia</i>	140
7.2.2	<i>Princípios gerais</i>	140
7.2.3	<i>Eqüidade</i>	141
	<i>DOCTRINA</i>	141
	<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	147
	<i>QUESTÕES</i>	155
	<i>CONSULTAS</i>	155
	<i>MEDIDAS JUDICIAIS</i>	156
	<i>DISSERTAÇÕES</i>	157
	<i>TESTES</i>	157

8. Competência e Capacidade Tributária

8.1	<i>Função legislativa e função administrativa</i>	161
8.2	<i>Competência tributária</i>	162

8.3 Características da competência tributária	163
8.4 Bitributação e “bis in idem”	164
8.5 Entes tributantes	165
8.6 Capacidade tributária	166
<i>DOCTRINA</i>	168
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	171
<i>QUESTÕES</i>	172
<i>CONSULTA</i>	172
<i>DISSERTAÇÃO</i>	173
<i>TEMAS PARA PESQUISA</i>	173
<i>TESTES</i>	173

9. Imposto

9.1 Definição	176
9.2 Princípios informadores dos impostos	
9.2.1 Princípio da capacidade contributiva.....	177
9.2.2 Princípio da seletividade	179
9.3 Critério quantitativo da hipótese de incidência tributária	180
9.3.1 Base de cálculo	180
9.3.2 Alíquotas	180
9.3.3 Princípio da não-cumulatividade	182
9.4 Classificação dos impostos segundo a Constituição Federal de 1988 ...	182
9.4.1 Impostos federais	183
9.4.2 Impostos estaduais e distritais	187
9.4.3 Impostos municipais e distritais	187
9.5 Classificação dos impostos segundo o Código Tributário Nacional de 1966	188
9.6 Classificações doutrinárias	190
<i>DOCTRINA</i>	193
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	195
<i>QUESTÕES</i>	196
<i>DISSERTAÇÃO</i>	196
<i>TEMA PARA PESQUISA</i>	196
<i>TESTES</i>	196

10. Taxa

10.1 Diretrizes gerais	202
10.2 Sujeitos ativo e passivo	204
10.3 Base de cálculo	205

10.4 Taxa de serviço	206
10.5 Tarifal/preço público	207
10.6 Pedágio	209
10.7 Taxa de polícia	210
<i>DOUTRINA</i>	211
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	216
<i>QUESTÕES</i>	227
<i>CONSULTAS</i>	227
<i>MEDIDAS JUDICIAIS</i>	228
<i>DISSERTAÇÃO</i>	228
<i>TEMAS PARA PESQUISA</i>	229
<i>TESTES</i>	229

11. Contribuição de Melhoria

11.1 Conceito	231
11.2 Ente tributante	232
11.3 Sujeito passivo	232
11.4 Princípio informador	232
11.5 Base de cálculo	233
11.6 Requisitos legais	233
<i>DOUTRINA</i>	235
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	236
<i>QUESTÕES</i>	243
<i>CONSULTAS</i>	244
<i>DISSERTAÇÃO</i>	244
<i>TEMA PARA PESQUISA</i>	244
<i>TESTES</i>	244

12. Imunidade Tributária

12.1 Diretrizes gerais	246
12.1.1 <i>Definição</i>	247
12.1.2 <i>Isenção</i>	248
12.1.3 <i>Imunidade e espécies tributárias</i>	248
12.1.4 <i>Imunidade e lei complementar</i>	249
12.2 Imunidades genéricas (art. 150, VI, da CF de 1988)	250
12.2.1 <i>Pessoas políticas de direito público</i>	250
12.2.2 <i>Templos de qualquer culto</i>	251
12.2.3 <i>Partidos políticos e suas fundações, sindicatos dos trabalhadores, instituições assistenciais e educacionais</i>	252
12.2.4 <i>Livro, jornal, periódico, bem como o papel destinado à sua impressão</i>	253

12.3 Imunidades específicas	253
12.3.1 Imposto sobre produtos industrializados – IPI (art. 153, § 3º, III, da CF de 1988)	253
12.3.2 Imposto territorial rural – ITR (art. 153, § 4º, II, da CF de 1988)	253
12.3.3 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (art. 155, § 2º, X, “a”, “b” e “c”, da CF de 1988)	254
12.3.4 ICMS, imposto de importação e exportação (art. 155, § 3º, da CF de 1988)	255
12.3.5 Imposto sobre transmissão de bens imóveis – ITBI (art. 156, II, “in fine”, da CF de 1988)	255
12.3.6 Contribuição para a seguridade social (art. 195, § 7º, da CF de 1988)	256
DOCTRINA	256
JURISPRUDÊNCIA	260
QUESTÕES	267
CONSULTAS	267
MEDIDAS JUDICIAIS	269
DISSERTAÇÃO	270
TEMA PARA PESQUISA	271
TESTES	271

13. Responsabilidade Tributária

13.1 Conceitos	276
13.2 Classificação doutrinária	279
13.2.1 Por transferência	279
13.2.2 Por substituição	280
13.3 Classificação legal	280
13.3.1 Responsabilidade dos sucessores	281
13.3.2 Responsabilidade de terceiros	283
13.3.3 Responsabilidade por infrações	283
DOCTRINA	284
JURISPRUDÊNCIA	286
QUESTÕES	297
CONSULTAS	297
MEDIDAS JUDICIAIS	299
DISSERTAÇÃO	300
TESTES	300

14. Constituição do Crédito Tributário e Prazos Decadencial e Prescricional

14.1 Acepções da expressão “crédito tributário”	305
14.2 Lançamento	305
14.2.1 Efeito “ <i>ex tunc</i> ” do lançamento	306
14.2.2 Presunção de veracidade e legitimidade do lançamento	307
14.2.3 Espécies de lançamento e prazos decadencial e prescricional ..	308
14.2.3.1 Lançamento direto, de ofício ou unilateral	308
14.2.3.2 Lançamento misto ou por declaração	310
14.2.3.3 Lançamento por homologação ou autolancamento	311
14.3 Alterabilidade do lançamento	312
14.4 Auto de infração	312
14.5 Ainda sobre decadência e prescrição	313
14.5.1 Causas suspensivas do prazo prescricional	314
14.5.2 Causas interruptivas do prazo prescricional	315
DOCTRINA	316
JURISPRUDÊNCIA	319
QUESTÕES	335
CONSULTAS	336
MEDIDAS JUDICIAIS	336
DISSERTAÇÕES	337
TEMA PARA PESQUISA	337
TESTES	337

15. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário

15.1 Diretrizes gerais	341
15.2 Garantias	342
15.2.1 Bem de família	344
15.2.2 FGTS	344
15.2.3 Presunção de fraude	345
15.2.4 Indisponibilidade dos bens e rendas do devedor	345
15.3 Privilégios	346
15.3.1 Na falência	347
15.3.2 Recuperação judicial e extrajudicial	350
15.3.3 Privilégios entre os entes tributantes	351
DOCTRINA	351
JURISPRUDÊNCIA	353
QUESTÕES	359
DISSERTAÇÕES	359
TESTES	360

16. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário

16.1 Introdução	361
16.2 Moratória	362
16.3 Depósito judicial	365
16.4 Recurso administrativo	366
16.5 Concessão de liminar	366
16.6 Parcelamento	366
<i>DOCTRINA</i>	367
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	368
<i>QUESTÕES</i>	377
<i>CONSULTA</i>	377
<i>DISSERTAÇÃO</i>	377
<i>TESTES</i>	377

17. Extinção do Crédito Tributário

17.1 Formas de extinção do crédito tributário	380
17.1.1 Pagamento	381
17.1.2 Compensação	384
17.1.3 Transação	388
17.1.4 Remissão	389
17.1.5 A prescrição e decadência	389
17.1.6 A conversão de depósito em renda	390
17.1.7 O pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 150 e seus §§ 1 ^o e 4 ^o do CTN ...	391
17.1.8 Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2 ^o do art. 164	391
17.1.9 A decisão judicial passada em julgado	391
17.1.10 A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei	392
<i>DOCTRINA</i>	392
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	395
<i>QUESTÕES</i>	404
<i>CONSULTAS</i>	404
<i>DISSERTAÇÃO</i>	405
<i>TESTES</i>	405

18. Exclusão do Crédito Tributário

18.1 Diretrizes gerais	408
18.2 Isenção	408
18.2.1 Revogação de isenção e princípio da anterioridade	409
18.2.2 Isenção e obrigações acessórias	411

18.3 Anistia	411
<i>DOCTRINA</i>	412
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	414
<i>QUESTÕES</i>	419
<i>CONSULTAS</i>	420
<i>DISSERTAÇÃO</i>	421
<i>TEMA PARA PESQUISA</i>	421
<i>TESTES</i>	421
19. Da Administração Tributária	
19.1 Fiscalização	424
19.2 Dívida ativa	427
19.3 Certidões negativas	428
<i>DOCTRINA</i>	430
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	430
<i>QUESTÕES</i>	449
<i>CONSULTA</i>	449
<i>DISSERTAÇÃO</i>	450
<i>TESTES</i>	450
20. Processo Administrativo Tributário	
20.1 Noções preambulares	452
20.2 Consulta tributária	453
20.2.1 Na esfera federal	453
20.2.2 Na esfera estadual	454
20.2.3 Na esfera municipal	454
20.3 Denúncia espontânea	454
20.4 Restituição	455
20.5 Compensação	455
20.6 Contencioso	
20.6.1 Na esfera federal	456
20.6.2 Na esfera estadual	459
20.6.3 Na esfera municipal (Município de São Paulo)	460
<i>DOCTRINA</i>	460
<i>JURISPRUDÊNCIA</i>	461
<i>QUESTÕES</i>	465
<i>CONSULTAS</i>	465
<i>DISSERTAÇÃO</i>	465
<i>TESTES</i>	465

21. Do Processo Judicial Tributário

21.1 Processo tributário	467
21.2 Ações do Fisco	468
21.2.1 Execução fiscal	469
21.2.2 Cautelar fiscal	471
21.3 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	472
21.4 Ações do contribuinte	472
21.4.1 Embargos à execução contra a Fazenda Pública	473
21.4.2 Ação anulatória	475
21.4.2.1 Renúncia	476
21.4.3 Ação de repetição de indébito	477
21.4.4 Ação declaratória	478
21.4.5 Ação de consignação em pagamento	480
21.4.6 Mandado de segurança	482
21.5 Medidas liminares	484
21.5.1 Liminar em mandado de segurança	484
21.5.2 Tutela antecipada	485
21.5.3 Medida cautelar	487
21.6 Recursos	488
21.6.1 Apelação	489
21.6.2 Agravo	490
21.6.3 Embargos infringentes	491
21.6.4 Embargos de declaração	492
21.6.5 Recurso ordinário	493
21.6.6 Recurso Especial e Recurso Extraordinário	493
21.6.7 Embargos de divergência em Recurso Extraordinário e em Recurso Especial	495
21.6.8 Recurso Extraordinário e repercussão geral	496
21.7 Divisão judiciária	496
21.7.1 Justiça Federal	496
21.7.2 Justiça Estadual	497
21.7.3 Órgãos jurisdicionais	497
21.8 Competência jurisdicional	498
21.9 Competência territorial	499
21.9.1 Justiça Federal	499
21.9.2 Justiça Estadual	500
21.10 Competência quanto à matéria	500
21.11 Competência de juízo	500
21.12 Competência quanto ao valor da causa	500
21.13 Quanto à possibilidade de prorrogação da competência	500

21.14 Quadro sinótico de competências	501
DOCTRINA	502
JURISPRUDÊNCIA	504
QUESTÕES	527
CONSULTAS	527
MEDIDAS JUDICIAIS	528
DISSERTAÇÕES	532
TESTES	532

Anexos

1. Gabaritos das medidas judiciais (pontos do Exame de Ordem/SP)	535
2. Gabarito das consultas (questões práticas do Exame de Ordem/SP)	540
3. Gabarito dos testes	547
Bibliografia	549